

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Rede de pesquisa permitirá novas políticas públicas

29/10/2012

Novas políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento do mercado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) serão possíveis a partir da Rede de Pesquisa: Formação e Mercado de Trabalho, criada na quinta-feira (25) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Entre outros dados estatísticos, a Rede permite definir quais os setores da economia em que há maior carência de mão de obra qualificada.

“Uma rede como essa pode contribuir muito para o planejamento e as decisões que o governo vai tomar daqui para frente”, avalia o secretário executivo do MTE, Marcelo Aguiar.

A iniciativa ajudará o MTE, por exemplo, a formular e a planejar ações ajustadas à nova realidade do mercado de trabalho que, pela primeira vez em 10 anos, exibe número de trabalhadores formais superior ao dos que não têm registro em carteira. “Temos uma política macro que dá condições da indústria de querer mais, ou seja, algo além da valorização e do aumento real do salário mínimo”. Segundo o secretário do MTE, esse poderia ser um dos fatores para explicar o porquê da sobra de vagas no mercado de trabalho paralelamente aos índices existentes de desocupação.

O chefe de gabinete do Ipea, Sergei Soares, afirmou que para alcançar o crescimento médio entre 5% e 7% ao ano, há a necessidade de o País empregar a força de trabalho atualmente desocupada, como uma forma de aumentar o consumo e fortalecer a economia.

Plano Brasil Maior – O objetivo da rede é promover o intercâmbio técnico e científico para produção e análise de dados que subsidiem a formulação de propostas na área da formação e do emprego, em especial no âmbito da atual política industrial brasileira, o Plano Brasil Maior.

“Temos uma política que dá condições para que as indústrias busquem, cada dia mais, mão de obra qualificada. A valorização do salário mínimo criou a discussão da melhoria da formação do nosso trabalhador”, explica Aguiar.

O diretor de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), Marcelo Ferres, lembrou que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do MTE e do MEC, também identificou a carência do mercado por qualificação e que o programa já representa um importante avanço na formação profissional. “Os dados apontam para mais de 2 milhões de pessoas beneficiadas e temos como meta mais de 8 milhões de vagas”, afirma Ferres.

Adesões – Aberta a novos interessados em informações sobre a qualificação profissional e mercado de trabalho, a rede de pesquisa busca criar um grupo de colaboração entre atores públicos e privados. “O objetivo principal é promover o intercâmbio técnico-científico e a produção de dados e análises para o planejamento das políticas de formação e emprego, em especial no âmbito do Plano Brasil Maior”, destacou a diretora da ABDI, Maria Luisa Campos Leal.

Formação para trabalhador tem 540 mil matrículas

Em um ano de oferta da bolsa-formação trabalhador pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), 540 mil matrículas já foram realizadas em todo o Brasil, em diferentes cursos de qualificação profissional. Deste total, 170 mil trabalhadores já concluíram os cursos, que podem ter carga horária de 160 a 400 horas.

Atualmente, 515 cursos compõem a segunda edição do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), lançada no mês passado pelo Ministério da Educação. Destes 515 cursos, 112 são novos e não existiam na primeira edição do guia. “Fizemos um alinhamento de cursos e criamos outros para atender às novas demandas do mercado de trabalho”, explica a coordenadora geral de Desenvolvimento e Monitoramento de Programas de Educação do MEC, Nilva Schroeder. Entre os novos cursos destacam-se os de idiomas, incluindo a Língua Brasileira de Sinais (Libras), de cuidador de idoso e outros voltados para as áreas rural e educacional e também para o setor de turismo.

O Pronatec foi lançado há um ano e a meta é oferecer 2,57 milhões de vagas em cursos FIC até 2014. Para o próximo ano, a meta é matricular 744 mil trabalhadores.

Com informações da Secom